

## Coluna do Castello

### Forma de gov- Parlamentarismo "avant la lettre"

O método pelo qual foi adotada a designação do sr. Luís Carlos Bresser Pereira para o Ministério da Fazenda produziu alguns resultados conseqüentes à natureza do processo. Indicado pelo PMDB, depois de um obscuro episódio no qual a assessoria do presidente tentou viabilizar para a pasta o nome do governador Tasso Jereissati, o sr. José Sarney transferiu ao sr. Ulysses Guimarães a responsabilidade de apresentar à imprensa e à opinião pública o novo ministro, que ascendia assim sob o endosso expresso da frente partidária comandada pelo presidente da Constituinte.



Disso terá resultado que o sr. Bresser Pereira jamais se esqueça de ouvir o partido e consultá-lo antes de anunciar seus projetos. O presidente Sarney mantém a prioridade da audiência, mas tudo se passa como se a decisão ficasse sempre pendente da aprovação do PMDB. É uma espécie de parlamentarismo "avant la lettre" posto em prática por força de circunstâncias nas quais o presidente se conformou em transferir responsabilidades suas ao partido que majoritariamente compõe sua base política e parlamentar.

Acontece que a evolução dos fatos colocaria o ministro da Fazenda mais próximo do presidente do que do PMDB na avaliação do papel que o FMI pode desempenhar na negociação da dívida e na obtenção dos empréstimos japoneses. O presidente José Sarney tem dito que o Brasil mudou e o FMI também, a ponto de que se possa pensar, mais adiante, num entendimento que não importe em monitoramento (do qual quase sempre resultam medidas recessivas) e em desemprego. As negociações a serem iniciadas em setembro vão prescindir por deliberação do governo e consentimento do PMDB de prévia audiência do Fundo, mas tanto o presidente quanto o ministro não excluem a hipótese de, numa segunda etapa, se acertarem com o FMI normas que facilitarão negociações com o Clube de Paris e com o governo japonês, cujas disponibilidades para investimento estão formalmente anunciadas.

Anuncia-se que o Japão prescindiria do FMI mas exigiria uma auditoria interna nos moldes da exercida pelo FMI, o que daria na mesma, senão em maiores ônus. Mas tudo indica que o presidente está predisposto a levar avante as negociações, sem sacrifício da soberania nacional, nos termos em que o problema se situar depois da primeira etapa das negociações. O problema transferir-se-ia, então, para o sr. Bresser Pereira que ou convenceria o sr. Ulysses Guimarães, que não foi dócil aos seus primeiros ensinamentos, da necessidade de negociar com um organismo que teria perdido a nocividade, ou se disporia a acatar as instruções do presidente de negociar independentemente do mood do PMDB.

Como as negociações serão prolongadas, a hora da decisão poderá ser transferida até mesmo para depois de promulgada a Constituição, definido o sistema de governo, se parlamentarismo, se presidencialismo, se "híbrido", e marcada a data para o sr. José Sarney deixar o governo. Se sobraem ao presidente intactos seus poderes atuais e se suas teses (coincidentemente também as teses de Ulysses Guimarães) prevalecerem, não há dúvida de que ele desafiará a esquerda do PMDB e determinará ao ministro da Fazenda que negocie nos termos da realidade internacional. Resta saber se o sr. Bresser Pereira recorrerá às origens da sua nomeação antes de se determinar a obedecer as instruções do presidente.

A adoção do parlamentarismo possivelmente deixará o governo sem autoridade e sem ministro da Fazenda para decidir questões tão relevantes quanto a da dívida externa. É possível, no entanto, que o sr. José Sarney utilize o mandato que lhe reste para afirmar-se, ainda que solitário, como um governante fiel às suas aspirações e às lealdades que sobreviverem em torno do seu governo.

### A censura ao projeto Cabral

O deputado Bernardo Cabral, como quem se recusa a uma censura prévia, rejeitou a sugestão de passar seu anteprojeto antecipadamente pelos presidentes do PMDB e do PFL para que, em nome da Aliança Democrática, confrontassem as conclusões com os compromissos da Aliança e do governo. O relator prefere uma comunicação conjunta a todos os líderes, sem privilégios.

Isso não impedirá, contudo, que os srs. Ulysses Guimarães e Marco Maciel realizem seu propósito de coordenação, compatibilizando anteprojeto e Aliança Democrática, embora com prévio conhecimento das conclusões dos três ou quatro grupos que disfarçadamente se organizaram para defender a permanência de alguns textos votados pelas comissões temáticas ou pela Comissão de Sistematização.

### Biblioteca e arquivo permanecerão no Rio

O que foi decidido entre os ministros Celso Furtado e Paulo Brossard e a senhora Celina Moreira Franco, diretora do Arquivo Nacional, e srs. Vladimir Murinho, presidente do INL, Joaquim Falcão, superintendente do Pró-Memória e Virgílio Costa, assessor cultural do presidente, em reunião nas Águas Claras, não afeta a permanência no Rio da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional. Outros dois serão criados e instalados em Brasília nos prédios já riscados por Oscar Niemeyer.

Carlos Castello Branco